

SÍNTESE

# O Salário Médio em Portugal

Retrato atual  
e evolução recente

**Mensagens principais**

Priscila Ferreira, Marta C. Lopes,  
Lara P. Tavares

 FUNDAÇÃO  
CALOUSTE GULBENKIAN

GULBENKIAN.PT

FUTURE FORUM

# Estudo sobre o Salário Médio em Portugal

Retrato atual e evolução recente  
**Mensagens principais**

Priscila Ferreira  
Universidade do Minho

Marta C. Lopes  
European University Institute

Lara P. Tavares  
Universidade de Lisboa, Centro de Administração e Políticas Públicas

## Atualização e mensagens principais

O estudo “O Salário Médio em Portugal – Retrato atual e evolução recente”, da autoria de Priscila Ferreira (U. Minho), Marta C. Lopes (European University Institute) e Lara P. Tavares (Centro de Administração e Políticas Públicas da Universidade de Lisboa), descreve a evolução dos salários desde a introdução do euro até 2017, cobrindo assim vários ciclos da economia portuguesa. Tem como objetivo apresentar tendências dos salários para diversos tipos de trabalhadores e contribuir para aumentar a consciência e sensibilidade em relação a este tema. O tema é discutido com rigor, indo além da análise descritiva.

O salário médio é um dos principais indicadores do bem-estar económico de uma sociedade, sendo que a flutuação da atividade económica tem impactos tanto nas remunerações obtidas pelos trabalhadores como na composição do emprego.

**Em Portugal, o nível de salários é baixo e o crescimento salarial é muito lento. Entre 2002 e 2017, o salário-base médio real subiu de 879€ para apenas 925€, o que significa que cresceu 0,32% ao ano e 5,2% ao longo de 16 anos (Figura 1).**

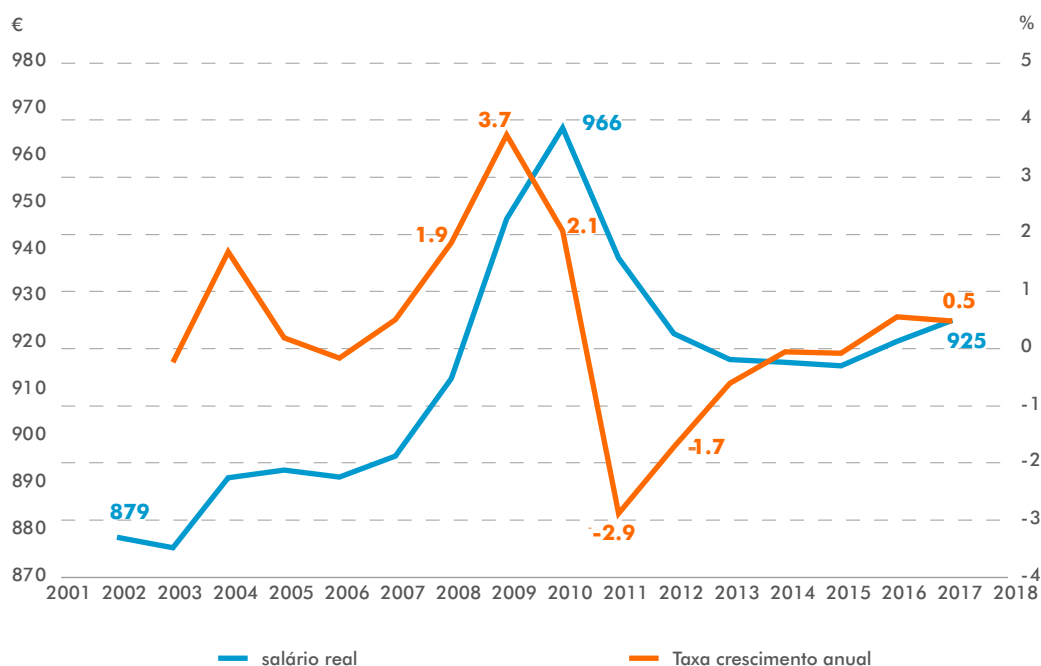


Figura 1. Evolução do salário real

Fonte: Quadros de Pessoal, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Cálculos das autoras

**O salário médio praticamente não subiu na recuperação económica observada desde 2013. A trajetória descendente do salário médio real que se iniciou em 2011 só se inverteu de 2016 em diante.**

Apesar de dados recentes do INE apontarem para um crescimento mais elevado em 2019 (2,4%<sup>1</sup>), em 2020 Portugal ocupava ainda assim a 4<sup>a</sup> pior posição entre os países da União Europeia que integravam o ranking do salário anual médio da OCDE: menos um terço que a Espanha e menos 90% que a Alemanha (Figura 2).

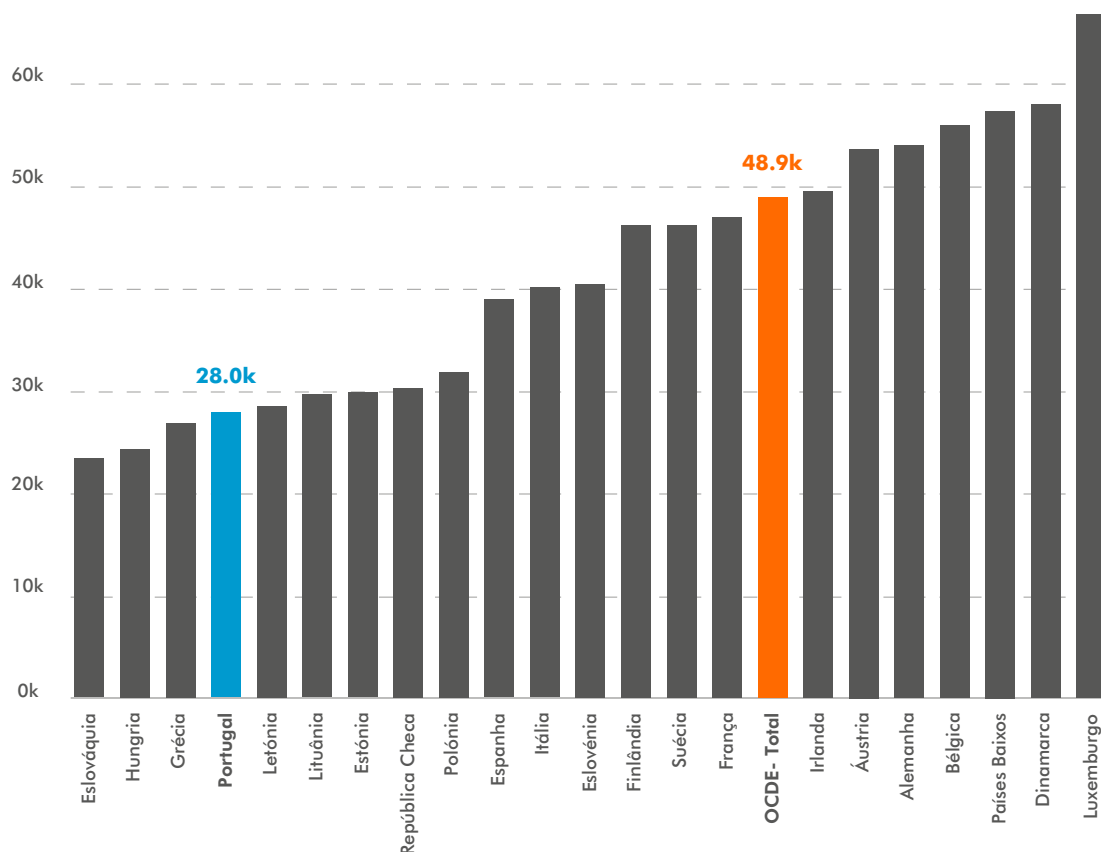


Figura 2. Salários médios dos países da União Europeia em 2019

Fonte: <https://data.oecd.org/chart/6F6O>

1. Remuneração bruta mensal média real por trabalhador no setor privado. Cálculos das autoras com base nos dados do INE

**O salário médio real dos portugueses era de 945 € em 2017, mas metade dos trabalhadores recebia, no máximo, 651€<sup>2</sup>.**

Entre 2002 e 2017 o salário mediano estagnou. A metade dos trabalhadores que recebe os salários mais baixos auferia em 2017 pouco mais de 5€ do que recebia 16 anos antes.

A partir da Grande Recessão a probabilidade de um trabalhador auferir um salário baixo, em torno do salário mínimo<sup>3</sup>, é maior. Em 2017, há uma muito maior concentração de trabalhadores a receber um salário praticamente igual ao salário mínimo<sup>3</sup> – um salário de 545€ (6.3 pontos logarítmicos) - do que em anos anteriores (Figura 3).

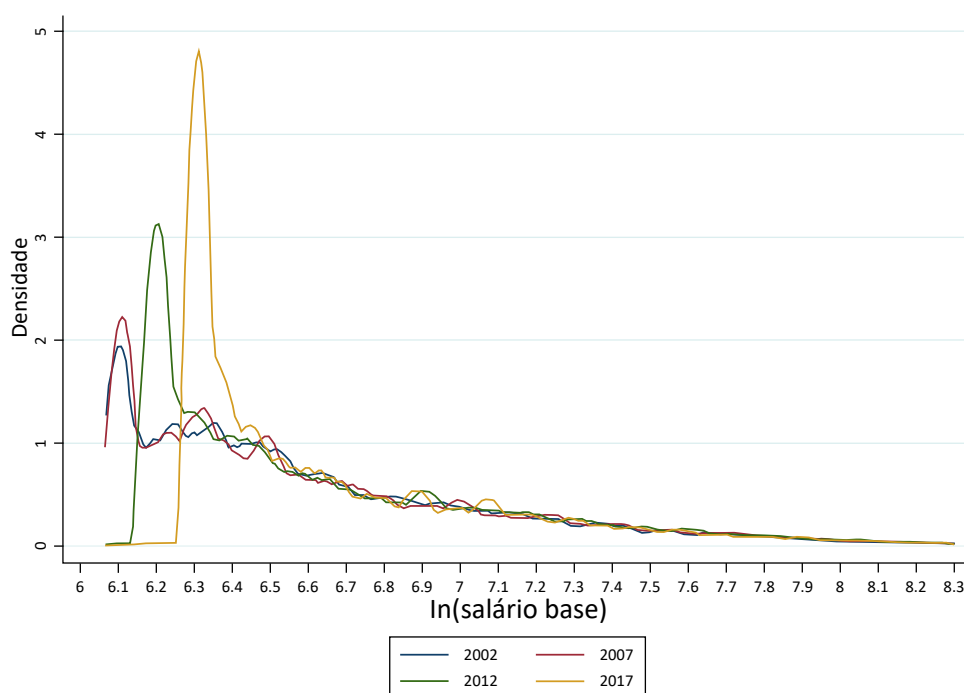


Figura 3. Distribuição do salário base (logaritmo) em 2002, 2007, 2012 e 2017

Cada curva representa uma distribuição dos salários base, a chamada função densidade. Aqui os salários não estão expressos em valor absoluto, mas em logaritmo (ln). O pico da curva diz-nos qual o salário mais frequente, ou seja, o auferido pelo maior número de trabalhadores. A área entre toda a curva e o eixo horizontal diz-nos a probabilidade de observar um qualquer salário, isto é, um salário que pode ir do valor mais baixo ao valor mais elevado. Essa probabilidade é 1, por definição. A probabilidade de o salário ter um valor num intervalo específico – em torno do salário mais frequente, por exemplo – é dada pela área abaixo da curva e entre os dois valores que delimitam o intervalo.

<sup>2</sup>salário mediano

<sup>3</sup>em termos reais, ano base 2015

**Entre 2002 e 2017, a metade dos trabalhadores que recebe os salários mais baixos tem salários cada vez mais iguais e mais próximos do salário mínimo.**

O salário médio pode manter-se inalterado mesmo quando se registam grandes alterações na distribuição salarial, pelo que se deve olhar além do salário médio. Em Portugal observou-se uma compressão da distribuição salarial como um todo: a diferença entre os 10% que ganham menos (P10) e os 10% que ganham mais (P90) é cada vez mais pequena. O salário real na base da distribuição salarial (P10) subiu 100€ (22%), a mediana (P50) subiu 6€ (1%) e o salário no topo da distribuição salarial (P90) subiu 42 € (3%) (Figura 4).

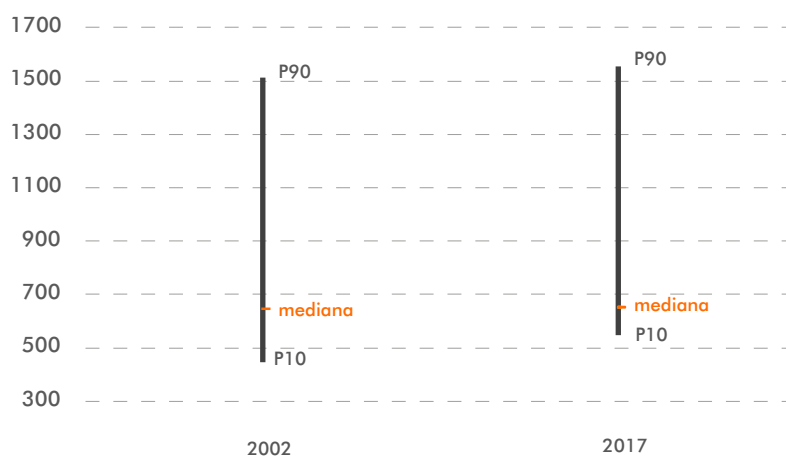


Figura 4. Leque salarial em 2002 e 2017

**Desde a grande recessão houve duas grandes alterações no número de escalões de contribuição e nas respetivas taxas marginais. Uma em 2013, e outra em 2019. Essas alterações traduziram-se num aumento da taxa média de imposto sobre os salários mais baixos e uma diminuição da taxa média de imposto sobre os salários mais elevados (Figura 5).**

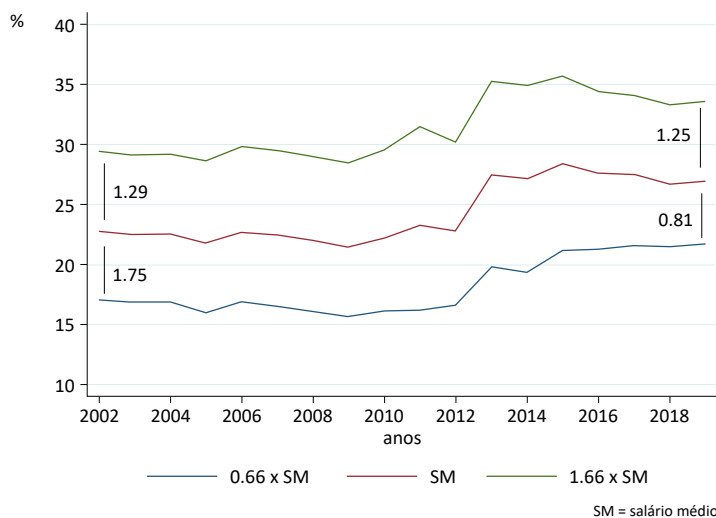


Figura 5. Evolução das taxas médias de imposto sobre três níveis salariais (dois terços do salário médio, salário médio e dois terços acima do salário médio) entre 2002 e 2019

Esta concentração de carga fiscal é observada para agregados familiares com diferentes composições. A comparação com Espanha, Alemanha e Polónia, permite perceber que uma maior diferenciação do imposto segundo a composição do agregado familiar poderá levar a uma diminuição da taxa de inactividade de casais com filhos.

**Em média, os jovens com menos de 25 anos recebem salários cada vez mais próximos do salário mínimo: a diferença entre o salário médio desses jovens e o salário mínimo diminuiu cerca de 30% entre 2002 e 2017.**

Os trabalhadores nascidos na segunda metade da década de 80 entraram no mercado de trabalho um pouco antes da crise de 2008, e os nascidos após 1990 entraram no mercado de trabalho em plena Grande Recessão. Ou seja, os salários destes trabalhadores são baixos, e mais próximos do salário mínimo, não só porque estavam no início da carreira, mas também porque os salários dos novos contratos são mais baixos em períodos de contração económica (Figura 6).

Entre 2002 e 2017 houve uma renovação substancial em termos geracionais: a geração dos trabalhadores nascidos antes de 1965, que representava 46% dos trabalhadores em 2002, representa apenas 17% dos trabalhadores em 2017. À medida que as gerações mais velhas vão sendo substituídas por trabalhadores mais jovens, que auferem salários mais baixos, o salário médio diminui.

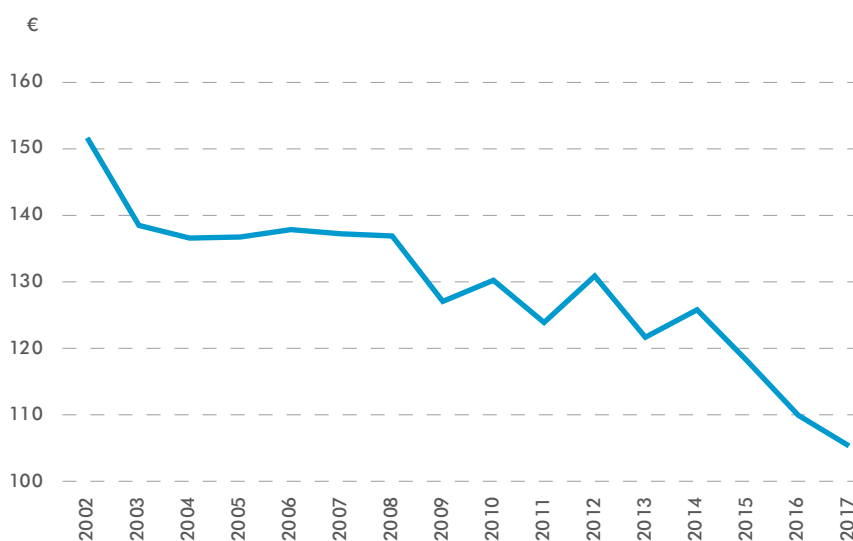


Figura 6. Diferença entre os salários médio e mínimo reais dos jovens com menos de 25 anos.

**Os trabalhadores com ensino superior foram o grupo que teve a maior descida do salário médio (-24%). Para tal contribui a descida da idade média dos graduados do ensino superior. Os jovens, embora com mais qualificações que as gerações anteriores, têm sido particularmente afectados pelas crises recentes.**

As quebras salariais observadas nos trabalhadores com ensino superior não significam que o prémio salarial para os graus de ensino superior deixou de existir. Parte da explicação para essas quebras salariais está relacionada com o facto de os graduados do ensino superior serem cada vez mais jovens, e a idade estar positivamente associada aos salários.

O prémio salarial para os trabalhadores com graus do ensino superior continua grande quando comparado com o de outros países. É, por exemplo, substancialmente maior do que em Espanha ou na Alemanha (Figura 7). Entre 2002 e 2017, o salário médio dos trabalhadores com ensino superior era 26,8% superior aos que apenas concluíram o ensino secundário. Este prémio salarial manteve-se mesmo depois da Grande Recessão – tal como se manteve a penalização salarial dos trabalhadores com níveis de escolaridade inferior ao 12º ano.

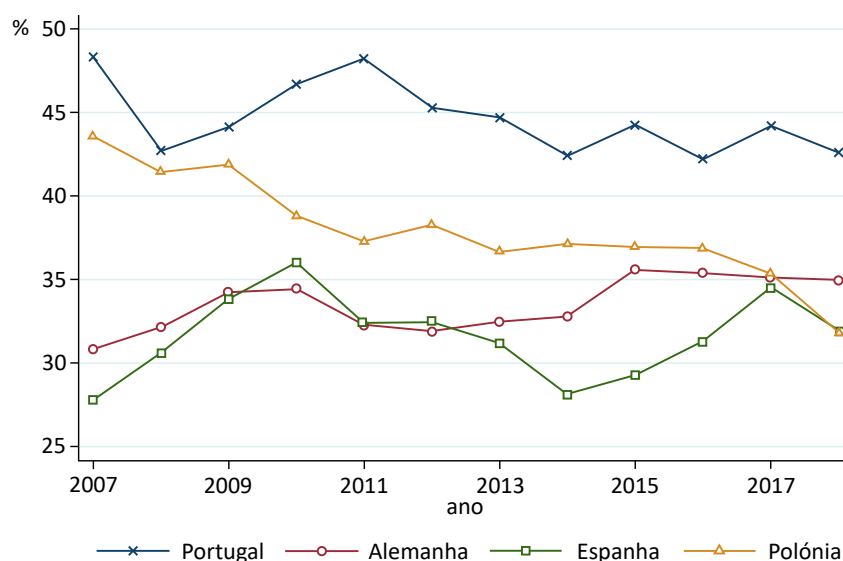


Figura 7. Disparidade salarial do ensino superior, face ao ensino secundário, em Portugal, Alemanha, Espanha e Polónia

Nota: Diferença entre salários médios, em percentagem do salário bruto dos trabalhadores com ensino superior



**O volume do grupo dos profissionais qualificados (nível intermédio na hierarquia das qualificações) foi o que mais diminuiu, em termos relativos, e para o qual se observou uma maior compressão salarial (Figura 8).**

Apesar de não ter havido uma evidente polarização do emprego (em termos de qualificações entre os trabalhadores), a tempo completo com remuneração completa, o grupo dos profissionais com um nível intermédio na hierarquia das qualificações foi o que apresentou maior variação (negativa) no seu peso relativo na amostra ao longo do período de 2002-2017. Foi também o grupo para o qual se observou uma maior aproximação entre o salário mediano e o salário de quem está nos 10% dos trabalhadores que recebem salários mais baixos.

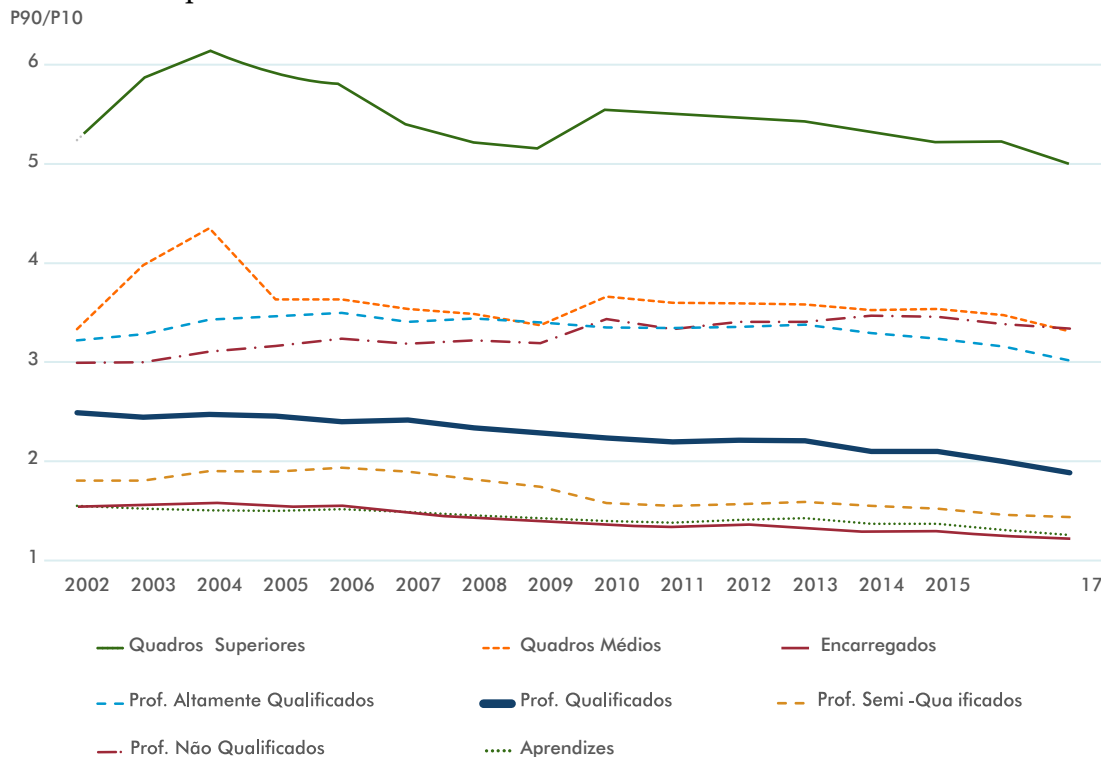


Figura 8. Rácio entre os salários médios de quem está nos 10% do topo da distribuição salarial (P90) e o de quem está nos 10% da base da distribuição salarial (P10)

**A proporção de trabalhadores a termo certo (e com remuneração completa) aumentou entre 2002 e 2017 (Figura 9). Esses trabalhadores viram o seu salário médio crescer a uma taxa inferior à da generalidade dos restantes trabalhadores.**

Entre 2002 e 2017 observou-se uma deterioração da situação dos trabalhadores a termo certo. Esta deterioração é visível na compressão significativa dos seus salários, induzida pela aproximação do salário mediano ao salário mínimo.

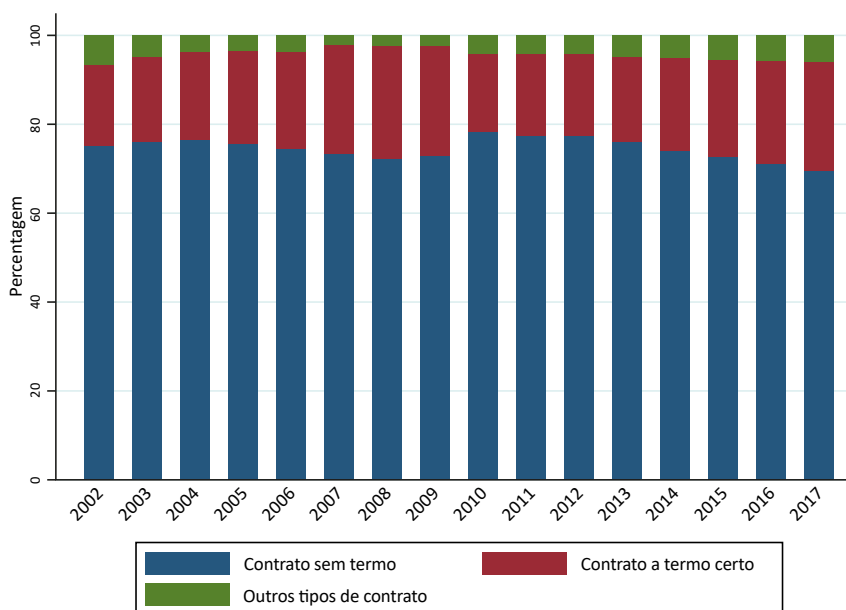


Figura 9. Distribuição dos trabalhadores por tipo de contrato

**Entre 2002 e 2017, as taxas de crescimento salarial acima da média ocorreram entre os trabalhadores com salários mais baixos (abaixo do salário médio geral), o que poderá estar relacionado com os aumentos do salário mínimo.**

Foram as mulheres, os jovens com menos de 25 anos, os trabalhadores menos qualificados, os trabalhadores da Indústria e Energia e da Construção, os trabalhadores com contratos de trabalho sem termo e os trabalhadores em empresas que empregam até 50 trabalhadores – os que, dentro dos respectivos grupos, têm salários médios mais baixos – quem teve taxas de crescimento salariais mais elevadas.

**Houve uma diminuição do prémio salarial nas empresas de maior dimensão entre 2002 e 2017, enquanto nas empresas com menos de 50 trabalhadores parecem ter existido efeitos indirectos da subida do salário mínimo ao longo da distribuição salarial.**

Nas empresas com mais de 500 trabalhadores a percentagem de trabalhadores a receber o salário mínimo é baixa e a diferença entre o salário médio e o mínimo rondava os 538€ em 2017. O facto dessas empresas empregarem mais trabalhadores em 2017 do que em 2002 poderia ter contribuído para a subida do salário médio. Porém, desde a Grande Recessão observou-se uma diminuição do prémio salarial decorrente de trabalhar em empresas de maior dimensão (com mais de 50 trabalhadores). Essa diminuição foi maior nas empresas com mais de 500 trabalhadores e no período de recuperação económica (2013-2017).

Esse resultado não resulta dessas empresas estarem a empregar mais trabalhadores com características associadas a menor crescimento do salário (como sejam o mais elevado nível de qualificações ou escolaridade, por exemplo).

Nas empresas com mais de 500 trabalhadores, o salário de quem está nos 10% do topo da distribuição salarial (P90) desceu (-2%), e o salário de quem está nos 10% da base da distribuição salarial (P10) subiu muito pouco (2%). Já nas empresas com menos de 50 trabalhadores, a subida do salário no P10 foi, em larga medida, acompanhada por uma subida no P90, indiciando efeitos indirectos da subida do salário mínimo ao longo da distribuição salarial – que não se observou nas empresas de maior dimensão.

**Enquanto durante a Grande Recessão (2008-2012), o salário médio cresceu 2,3 p.p. relativamente ao período anterior (2002-2007), no ciclo de recuperação económica (2013-2017), essa subida foi revertida e alguns trabalhadores nunca recuperaram.**

Para além dos trabalhadores mais velhos (+55 anos), os trabalhadores que tinham o 9º ano de escolaridade ou eram altamente qualificados e os que trabalhavam no serviço público, foram os que sofreram um impacto maior com a Grande Recessão. Na fase de recuperação, foram os profissionais mais qualificados que tiveram maior dificuldade em recuperar do choque negativo sofrido durante a crise (Figura 10).

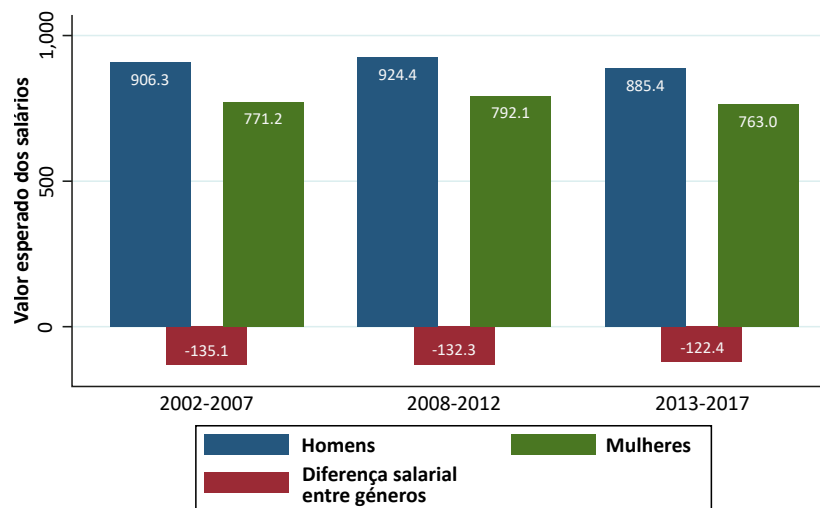


Figura 10. Valor esperado do salário de um(a) profissional altamente qualificado(a) nascido(a) entre 1964 e 1974, com uma idade compreendida entre os 35 e os 44 anos, com o 12º ano de escolaridade, administrativo(a), a trabalhar numa empresa que emprega entre 5 e 19 trabalhadores há quase 8 anos, e que trabalha em Lisboa e Vale do Tejo no sector do Comércio.

**Desde a Grande Recessão que se observa uma estagnação ou quase estagnação do salário médio real também em países como Alemanha, Espanha e Polónia, sendo que a produtividade média cresceu mais do que o salário médio real nos quatro países analisados.**

Apesar da muito ligeira tendência de recuperação do salário médio real na Alemanha e na Polónia, que não se chegou a observar em Portugal ou Espanha, pode dizer-se que nestes quatro países o salário estagnou desde a Grande Recessão – uma realidade comum a muitos países desenvolvidos.

Entre 2002 e 2018 a produtividade das economias alemã e espanhola foi sempre superior à da economia portuguesa, mas todos os países apresentaram um crescimento da produtividade semelhante (cerca de 15%) e superior ao crescimento do salário médio. Esta divergência é mais pronunciada em Portugal (Figura 11).

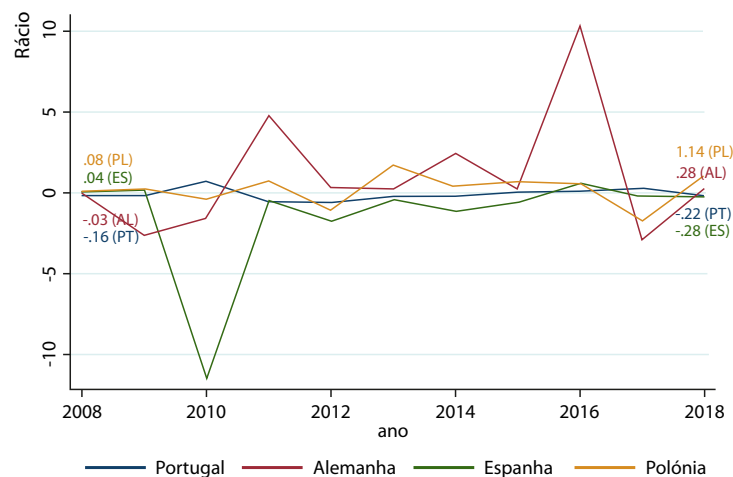


Figura 11. Rácio entre a taxa de variação da produtividade real (base 2007) e a taxa de variação do salário real (base 2007), por país

### Algumas explicações para a estagnação do salário médio em Portugal:

- Tem havido uma renovação geracional substancial nos últimos anos: à medida que as gerações mais velhas vão sendo substituídas por trabalhadores mais jovens, que auferem salários mais baixos, o salário médio diminui.
- Em Portugal, a escolaridade dos trabalhadores tem aumentado e o nível de escolaridade dos trabalhadores foi o fator que, no passado, mais contribuiu para o aumento de salários. O facto de entre 2002 e 2017 o salário médio dos graduados do ensino superior, não só não ter crescido, como ter tido uma quebra acentuada, pode ter contribuído para a estagnação do salário médio. Ser graduado do ensino superior continua a conferir um prémio salarial, mas depende das outras características do trabalhador, nomeadamente a idade. Os resultados sugerem que os salários de entrada no mercado de trabalho, dos jovens, não são superiores aos das gerações anteriores (com a mesma idade) ao contrário do que acontecia no passado. Assim, a renovação geracional da força de trabalho não favorece o aumento do salário médio.
- Tem-se assistido a um enfraquecimento da classe média. Não só diminuiu o volume de trabalhadores com qualificações intermédias como o seu salário médio cresceu a uma taxa inferior à da generalidade dos restantes trabalhadores.

